

R-143A
ARQ 1 POR
NOV



10476

90 NOVENTA SÉCULOS ENTRE A SERRA E O MAR

oferta
CLAUDIO TORRES



MINISTÉRIO DA CULTURA



IPPAR

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ÍNDICE

13. PREFÁCIO
Luís Ferreira Calado
Presidente do IPPAR
15. INTRODUÇÃO
Maria Filomena Barata
Rui Parreira
21. ESTÁCIO DA VEIGA, A CARTA ARQUEOLÓGICA
E O MUSEU DO ALGARVE
Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos
45. SANTOS ROCHA E A ARQUEOLOGIA DO ALGARVE
Isabel Sousa Pereira
59. O DR. JOSÉ FORMOSINHO E A ARQUEOLOGIA DO ALGARVE
José Formosinho
71. MUSEUS E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUEOLÓGICO MÓVEL DO ALGARVE
Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos
87. CARTOGRAFIA ARQUEOLÓGICA: O ALGARVE COMO
EXEMPLO
Teresa Marques
117. O *PROMONTORIUM SACRUM* E O ALGARVE ENTRE OS
ESCRITORES DA ANTIGUIDADE
Maria Filomena Barata
137. PALEOLÍTICO DO ALGARVE
Luís Raposo
155. O SÍTIO DE ALDEIA NOVA (VILA REAL DE SANTO
ANTÓNIO)
Luís Raposo

163. AS NECRÓPOLES DE MONCHIQUE E O MEGALITISMO DO ALGARVE: ALGUMAS NOTAS PARA UMA FUTURA REVISÃO
Victor S. Gonçalves
183. CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA
UM POVOADO CALCOLÍTICO FORTIFICADO NO ALTO ALGARVE ORIENTAL
Victor S. Gonçalves
191. ALCALAR — O TERRITÓRIO, OS LUGARES HABITADOS E AS CRIPTAS MORTUÁRIAS DOS 4º E 3º MILÉNIOS A. C.
Rui Parreira
207. “LER” OS OSSOS: ANTROPOLOGIA DE CAMPO E ARQUEOLOGIA FUNERÁRIA
Ana Maria Silva
221. A CIVILIZAÇÃO DO BRONZE NO ALGARVE
Teresa Júdice Gamito
243. OS NÚCLEOS URBANOS LITORAIS DA IDADE DO FERRO NO ALGARVE
Ana Margarida Arruda
257. *IPSES* (VILA VELHA, ALVOR)
Teresa Júdice Gamito
265. AS NECRÓPOLES ALGARVIAS DA I IDADE DO FERRO E A ESCRITA DO SUDOESTE
Virgílio Hipólito Correia
283. AS *CIVITATES*: ESBOÇO DA GEOGRAFIA POLÍTICA E ECONÓMICA DO ALGARVE ROMANO
Vasco Gil Mantas
311. OS CAMINHOS DA SERRA E DO MAR
Vasco Gil Mantas
327. *BALSA*, UMA CIDADE ROMANA NO LITORAL ALGARVIO
Jeannette U. Smit Nolen

343. A CIDADE DE OSSONOA E O SEU TERRITÓRIO
ENVOLVENTE
Teresa Júdice Gamito
361. MOEDAS DA ÉPOCA ROMANA CUNHADAS NO ACTUAL
TERRITÓRIO ALGARVIO
António Marques de Faria
373. AS *VILLAE* DO ACTUAL ALGARVE
Carlos Fabião
387. CERRO DA VILA
José Luis de Matos
395. ANTROPOLOGIA DE CAMPO E PALEODEMOGRAFIA EM
NECRÓPOLES ROMANAS ALGARVIAS
Ana Luísa Santos
407. MILREU, ESTÓI (FARO) *VILLA* ROMANA E SANTUÁRIO
Theodor Hauschild
415. O SAGRADO E A SACRALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS:
RITOS, MITOS E A MEMÓRIA DA MORTE
José d'Encarnação
431. O AL GARBE
Cláudio Torres
449. CASTELOS MUÇULMANOS DO ALGARVE
Helena Catarino
459. O PERÍODO ISLÂMICO NO CERRO DA VILA
José Luis de Matos
469. TESTEMUNHOS NUMISMÁTICOS DO ALGARVE
MUÇULMANO
José Rodrigues Marinho

O AL GARBE

*Cláudio Torres **

Antes de meados do século XIII, quando Afonso III junta aos seus pergaminhos o título de rei de Portugal e do Algarve, este extremo ocidental do al Andalus, apertado entre umas serras ásperas e um mar de muito peixe e largo comércio, não pode ser dissociado das costas fronteiras africanas. Desde a Pré-História, passando pela Tingitânia romana e visigótica, até ao califato cordovês, o outro Algarve, o magrebino, sempre esteve ligado à Ibéria. Dos dois lados do Estreito, de Sagres a Salé, ao longo das praias e portos deste vasto golfo abrigado da nortada, não só a civilização parece ter sido sempre a mesma, como as formas mais antigas de falar e usar os dialectos berberes podem ter tido uma origem comum. Desses tempos anteriores à romanização, além do constante e nunca interrompido intercâmbio nas fainas da pesca, outras analogias parece ter havido no povoamento tradicional das zonas montanhosas do Sul peninsular e do Rif norte-africano. Entre outras facetas semelhantes da casa de habitação rural destacam-se, além de uma mesma repartição funcional, uma série de pormenores decorativos e de técnicas construtivas só aceitáveis no quadro de antiga e nunca interrompida simbiose cultural. São sugestivos também os paralelos tanto na

morfologia decorativa ou prática funcional da cerâmica, como no entrançado e cadência geométrica da cestaria, da empreita e da tecelagem tradicionais.

Estas zonas serranas, desviadas das grandes rotas urbanas e portanto sempre mais conservadoras, conseguem assegurar expressivos elementos de continuidade, resistindo à gradual aculturação veiculada primeiro pela romanização e depois pela islamização.

Ao contrário, as férteis planícies da costa com as suas cidades, pontos de convergência das vias comerciais, abrem-se a todas as influências e pressões inovadoras. Os centros urbanos das antigas Bética e Lusitânia, abandonadas as ruínas cenográficas do Império e integrando-se naturalmente nesta rede de cumplicidades mercantis, são os primeiros a ser islamizados, tornando esta faixa litoral algarvia, numa prestigiada matriz da civilização muçulmana do Ocidente.

Só mais tarde e nunca antes dos séculos X e XI as zonas ribeirinhas da Argélia Ocidental e as actuais cidades portuárias de Ceuta ou Tânger começam a desenvolver-se por influxo directo do al Andalus que em toda a região e a partir do prestígio cordovês, se afirmara incontestavelmente como centro polarizador. Atravessar o golfo do Algarve, ou o mar de Alboran, ligando Faro e Arzila, ou Almeria a Argel, passa a ser bem mais fácil e rápido do que viajar, por exemplo, entre Tavira e Lisboa, em cujo percurso se levantavam os mares agitados e os ventos adversos do cabo de S. Vicente.

O Algarve muçulmano justapõe-se ao antigo território romano e tardo-romano de *Ossonoba* ocupando as férteis e aprazíveis terras do litoral, com as suas entradas de mar e os vales abrigados do barrocal.

A mais antiga descrição do termo de *Ossonoba* data do século X e é atribuída ao cronista Ahmede Arrazí: *...E Ossonoba... jaz em mui boa terra e mui chã; e de muitas boas árvores e de mui boa sementeira. E em seu termo há mui boas montanhas onde se poderiam criar muitos gados. E é terra de muitas águas correntes. E é mui boa terra de caça assim de monte como de ribeira. E há por vizinho o mar como se estende. E há mui boas ínsoas e mui de sabor em que podem portar as barcas. E há aí mui boas hortas regadias e de mui boas frutas e mui claras. E em seu termo há muitos pinheiros. Suas bondades fazem dele um dos melhores lugares que há no mundo. E em a ribeira de Ossonoba há mui bom âmbar. E sob o seu senhorio há vilas e castelos, um dos quais é Silves, que é a melhor vila do Algarve. E Silves jaz sobre o braço que sai do mar.* (Borges Coelho, 1972, 41)

Com um único paralelo na região de Lisboa, o Algarve era nessa altura a zona mais densamente povoada e urbanizada de todo o Garbe onde as importantes cidades-porto de Faro, Silves e Tavira, mantendo as tradições da velha *polis* mediterrânica, eram, de certa forma, a expressão agregadora de outros tantos territórios económica e politicamente individualizados.



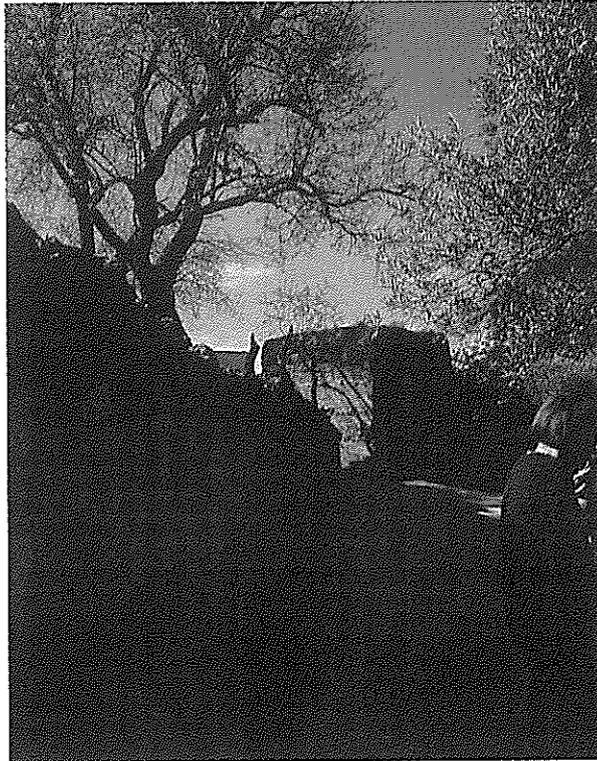
2.

O território central ou termo de Faro

A principal cidade romana e tardo-romana da região mantém a denominação de *Ossonoba* até ao século XI quando, governada por uma família local de conversos (*muladis*) e certamente sob imposição de uma forte comunidade moçárabe, começa esta cidade a ser conhecida por Santa Maria de Faro (*al Harun*). Por essa altura ainda subsistia na cidade um episcopado cristão personificado no prelado Iulianus cuja lápide funerária, há muito perdida, foi recentemente reencontrada.

Com os seus 7 hectares de área muralhada — sensivelmente o mesmo que Évora, Mértola ou Silves — Faro era uma cidade de tamanho médio que nunca

2. Lápide funerária do Bispo Julião (Iulianus). Trabalho hispano-moçárabe, século X d. C. (991). Fonte Sagrada, Cacela. Col. particular. Alt. 401mm, larg. 318mm, esp. 42mm.



3.

perdeu o seu papel de metrópole regional. O seu porto que ainda mantinha uma certa vivacidade no século XIX antes dos aterros do caminho de ferro, estendia-se em época islâmica por todo o largo actual fronteiro à Porta da Vila e as águas das marés, rodeando as muralhas pelo Oriente, cobriam a zona pantanosa do terreiro de S. Francisco, tornando a cidade numa especie de península. Em períodos de maior concentração populacional, em que poderiam ter sido atingidos os quatro mil habitantes, não é de excluir a existência de um arrabalde de pescadores do outro lado do antigo porto de abrigo, nas encostas da actual colina de S. Pedro.

Em inícios do século XII, dizia de Faro o conhecido geógrafo Al Idrici: *Santa Maria do Garbe está edificada na orla do Oceano e as suas muralhas são banhadas pelas ondas na maré cheia. É de extensão regular e muito bela. Tem uma mesquita catedral, uma mais pequena e uma assembleia de notáveis. Ali chegam e dali partem navios. A região produz muitos figos e passas.* (Op. cit., 66)

Destruída a alcáçova numa infeliz adaptação moderna a unidade fabril e implantada a sé-catedral sobre uma possível mesquita, não temos em Faro

3. Castelo de Salir.



4.

grandes monumentos de época muçulmana. No entanto, um olhar mais atento sobre as muralhas e concretamente sobre as duas portas principais permite localizar os indícios arquitectónicos mais significativos. A porta monumental virada a Nascente, nas imediações de S. Francisco e conhecida por Arco do Repouso, se viu substituído ou remodelado o traçado do arco, ostenta porém duas fortes torres albarrãs a que não repugna atribuir fábrica almoadá. Do lado oposto da cidade e virada a Norte a Porta da Vila rasgada em linha axial nos finais de setecentos, esconde no seu corredor uma antiga entrada em engra onde se destaca um dos mais antigos e monumentais arcos ultrapassados que se conservam no nosso país. Atribuível ao século XI, este portal construído em pequenos silhares, exhibe uma sequência de aduelas alternadas que lhe conferem uma convincente dignidade clássica.

Nos arredores férteis da cidade que se estendem até às primeiras estribações da Serra de Monte Figo e aproveitando o assentamento e infra-estruturas de regadio de antigas *uillae* romanas, nomeadamente as belas hortas e jardins de Estói, um denso povoamento de agricultores e hortelãos alimentava os mercados urbanos e certamente as primeiras exportações dos muito celebrados frutos secos da região.

4. Arco do Repouso, Faro.

O território tradicional de Faro, que emergia politicamente sempre que enfraqueciam ou se desmoronavam as tentativas centralizadoras de Córdoba ou Sevilha, compreendia as pequenas cidades de Loulé e Albufeira, assim como vários outros importantes povoados como Alportel, Salir e Paderne.

O topónimo Albufeira — o regolfo ou lagoa — sugere a topografia desta antiga fortaleza implantada numa quase ilha rochosa que abraçava e defendia um dissimulado porto de abrigo onde penetravam profundamente as águas das marés. Hoje esta pequena enseada está completamente assoreada e invadida por urbanizações modernas. O casco urbano intra-muros actualmente descaracterizado, que devido à sua implantação estratégica esconde certamente um dos mais antigos estabelecimentos de mercadores orientais nas costas algarvias, desempenhava ainda em época islâmica um destacado papel de entreposto marítimo.

A cidade de Loulé, apesar dos seus escassos 5 hectares de área muralhada, é no Algarve o mais extenso aglomerado urbano de época islâmica sem contacto directo com o mar. Da alcáçova nada parece restar depois das obras que a substituíram por um castelejo cristão e da antiga cintura de muralhas apenas alguns torreões poderão ser atribuídos a época almoadada. O elemento arquitectónico mais interessante da cidade, pelo facto de ser um dos poucos minaretes que restam no território português é sem dúvida a torre sineira da Igreja de São Clemente. Pelo tipo de silharia nos primeiros metros de embasamento, pela sua localização em relação à igreja e pelo facto de o próprio templo ter uma orientação anómala — pode ter servido de *almenara* a uma antiga mesquita.

O povoado fortificado de Salir, situado numa pequena plataforma rochosa que se eleva no fundo de um vale fértil do barrocal algarvio, será no Garbe um dos casos mais conhecidos de fortaleza comunitária. Devido às suas reduzidas dimensões (pouco mais de 2 hectares) e ao facto de, aparentemente, nunca ter tido alcáçova ou qualquer edifício apalaçado para residência de alcaide ou senhor, Salir pode ter sido o povoado-abrigo dos camponeses que cultivaram as hortas circundantes. As suas muralhas de taipa militar, parcialmente conservadas, de fortes e espaçados cubelos quadrangulares, enquadram-se tipologicamente no período almoadado.

De uma época aproximada e utilizando a mesma técnica construtiva, o castelo de Paderne dista duas dezenas de quilómetros. Com uma única porta em engra defendida por uma torre albarrã, o recinto, de escassos mil metros quadrados, apenas pode ter servido de *hisn* — reduto militar, ou fortaleza estratégica cuja implantação não deve ser dissociada de uma bela ponte de alvenaria que, no sopé da encosta, atravessa, hoje ainda, a ribeira de Algibre. Devido certamente à desvalorização do seu papel estratégico depois da "Reconquista" e mercê também da solidez do seu aparelho construtivo, o



5.

castelo de Paderne manteve-se até aos nossos dias como um dos exemplos mais significativos de arquitectura em taipa militar do território português. Excluindo um embasamento de alvenaria que poucas vezes ultrapassa um metro de altura, as suas sólidas cortinas e maciças torres quadrangulares, são totalmente construídas em taipa. Falsas juntas pintadas a sobressair na terra vermelha denunciam a época em que as paredes de silharia eram ainda o modelo idealizado do paramento defensivo.

O Sotavento ou termo de Tavira

No Levante ou Sotavento algarvio o encrespado serrano com os seus vales cavados e caminhos de pé posto, apesar de muito perto da costa, permitiu e protegeu um povoamento arcaico do qual sobrevivem algumas insólitas construções cilíndricas de alvenaria com uma cobertura cónica de palha ou retama. Hoje apenas utilizadas como palheiros e arrecadações, tiveram também uma comprovada função habitacional. Todo este vasto território com o mesmo tipo de povoamento estende-se pela Serra do Caldeirão entrando profundamente nos termos de Mértola e Almodôvar.

5. Igreja de S. Clemente, Loulé.



6.

Apertadas contra o mar, as hortas litorais, embora na continuidade das planícies de Faro, limitam-se às áreas peri-urbanas de Tavira que sempre parece ter desempenhado nesta zona um papel polarizador. Esta bonita cidade ainda hoje evocadora do seu passado medieval, embora certamente com origens mais remotas, parece ter beneficiado em época muçulmana da convergência de dois elementos decisivos para o seu futuro. Por um lado a sua posição estratégica de controlo de uma das mais antigas pontes do Algarve por onde passava a via Leste Oeste que, neste ponto, contornando as estribações serranas, era obrigada a transpor o Rio Gilão, perto da foz. Por outro lado, e este factor foi certamente o decisivo, o seu porto de mar, além de aproveitar a entrada de um estuário, era certamente um dos mais bem defendidos do Algarve. A entrada da barra, que em finais de oitocentos cortou a ilha da Armona numa abertura fronteira à desembucadura do rio, situava-se em tempos antigos nas imediações de Cacula — que aliás lhe servia de defesa — e obrigava as embarcações a percorrerem um longo braço de mar antes de lançar ferro junto da cidade. Este excepcional porto de abrigo permitiu que Tavira fosse referenciada no decurso do século XII, como uma espécie de pequena comuna ou república marítima de piratas, aparentemente não muçulmanos, muito ciosa da sua autonomia:

6. Castelo Velho de Alcoutim, Alcoutim. Época muçulmana.

Neste ano os almoadas apertaram o cerco ao castelo de Tavira contra o traidor nele sublevado, Abdalá ibne Ubaide Alé, estreitando-o fortemente por terra e mar. Estabeleceram-se no castelo de Cacela com o seu numeroso exercito, atacando (Tavira) dia e noite, obtendo a toda a hora vantagens sobre os seus inimigos com a sua decisão de suprimir os seus danos e evitar os males que tinham causado desde o princípio do ano 546 (começa a 20 de Abril de 1151) até aos finais do ano de 563 (acaba em 17 de Outubro de 1167), por se reunirem no seu interior meliantes de toda a espécie, aventureiros e ladrões que perturbavam e se rebelavam e faziam dano aos muçulmanos por terra e por mar em todas as regiões. E era uma preocupação para as gentes do outro lado do Estreito e do Andaluz o saque dos bens dos viajantes e dos comerciantes em terras e mares. (Al-Maun Bil-Imama de Ibn Sahib Al-Sala, in Borges Coelho, obra citada, vol. III, 274/275).

Tavira ocupa o coroamento de um cerro que se apresenta como última ondulação serrana antes das terras baixas que se estendem junto à foz do Gilão e onde começam os sapais e salinas da actual Ria Formosa. No ponto mais elevado, no sítio de uma possível Alcáçova ergue-se hoje ainda a igreja de Santa Maria que uma tradição, não desprovida de fundamento, afirma ter sido construída sobre a antiga mesquita maior. A complexidade de volumes do actual edifício, setecentista nos seus paramentos, denunciando remendos arquitectónicos e tendo sofrido uma evidente correcção no seu direccionamento litúrgico, sugere que uma simples sondagem nos enluzidos e rebocos pode desvender a ossatura do templo muçulmano.

O amuralhamento, de sólidos cubelos maciços, envolvendo uma área pouco superior aos 5 hectares, parece ter sido completamente reconstruído em época cristã. Como outras cidades portuárias, Tavira teria arrabaldes de pescadores e comerciantes, certamente implantados a jusante da ponte, junto aos areais onde abicavam as pesadas barcas de mercadorias e os rápidos veleiros do corso.

Atravessada a ponte e à medida que se anunciam os sapais do Guadiana, as terras aráveis começam a dar lugar a extensas salinas. Apenas algumas hortas rodeavam a fortaleza de Cacela que, como vimos, parece ter tido como principal função o controlo da entrada do longo canal de acesso ao porto de Tavira. Desta fortaleza costeira, restam alguns panos de muralha envolvidos parcialmente por uma cortina abaluartada setecentista.

Castro Marim foi identificada por Levy Provençal como sendo a fortaleza de Marsa Hasine referida no século XI por Al Bakri e um século depois por Edrici. (Borges Coelho, *op. cit.*, vol. 1, 51). Porém é de supor que este "Porto da Enseada" se localize, mais provavelmente, em Sines e não neste pequeno povoado fortificado sobre o Guadiana (Torres, *História de Portugal* sob a direcção de José Mattoso, 1992, Círculo de Leitores, vol. I, 391).

Castro Marim, afastado poucos quilómetros do Oceano, implantado numa quase ilha escarpada, apresenta-se na proto-história como o sítio habitual de

fixação das primeiras feitorias de levantinos. Assim parece ter sido comprovado por algumas sondagens arqueológicas. Não é de excluir que nos primeiros tempos do Islão tivesse tido ainda alguma importância, como o demonstra o pequeno castelo-alcáçova — conhecido por Castelo Velho — de planta quadrangular com torres de canto semi-cilíndricas que, embora tendo sofrido sucessivas e por vezes profundas remodelações, mantém a volumetria arquitectónica de tradição bizantina-emiral.

Subindo o grande rio até às imediações de Alcoutim, as melhores terras e as pequenas plataformas de aluvião sempre tiveram um intenso povoamento praticamente contínuo até aos tempos modernos. Além de uma serie de luxuosas *villae* romanas ligadas às grandes rotas do comercio mediterrânico, notam-se ao longo do rio alguns povoados fortificados de ocupação pré-romana e que ainda estavam activos em época islâmica. O Castelo Velho de Alcoutim, parcialmente escavado, parece ter deixado de ser habitado numa época imediatamente anterior aos impérios magrebinos, ou seja, em finais do século XI. (Catarino, H., 1992, III C.A.M.E, tomo II, Oviedo, 296-305). É um extenso aldeamento de cume dominado por uma pequena área também fortificada onde as estruturas postas a descoberto podem ser consideradas como uma salúquia ou último reduto do povoado.

Mais a montante, o rio aperta-se entre escarpas selvagens e transforma-se em simples canal de acesso à fortaleza de Mértola por onde se escoavam as riquezas mineiras e agrícolas das serras e planícies alentejanas.

Todo o Sotavento algarvio, podemos considerá-lo nessa altura organizado e dependente deste eixo fluvial do Guadiana cujos extremos são Mértola e Tavira. Aliás a dependência e solidariedades destes dois portos comerciais e centros urbanos manteve-se depois da “Reconquista” até aos alvares de quinhentos.

Embora o velho *Anas* no seu largo estuário, tenha sido sempre uma fronteira natural, separando a região de *Ossonoba* — Faro dos reinos de Huelva ou Niebla, não podemos esquecer que em época muçulmana o relacionamento entre as duas margens era muito mais intenso do que a partir do momento em que é declarado linha raiana dos dois países ibéricos. Nessa altura era intensa a cabotagem entre as cidades de Tavira, Aiamonte, Saltes, Huelva e Niebla que distam entre si, algumas horas de viagem.

O Barlavento ou reino de Silves

Se durante o mundo antigo até ao século X, ou seja até ao chamado período califal, o Algarve é uma única região a que a velha cidade romana de *Ossonoba* empresta o seu nome, a partir do século XI nota-se a crescente afirmação de Silves como capital económica e política de todo o Barlavento. Por essa altura também o topónimo de *Ossonoba* começa a diluir-se numa vaga denominação

regional, passando a cidade a ser conhecida por Santa Maria de Faro. Sintomaticamente, a partir dessa altura, sempre que se impõem as autonomias regionais e ressurgem os pequenos reinos de Faro e Silves, é sempre a esta última cidade que é atribuído o papel dominante.

A primeira referência a Silves nos textos clássicos reporta-se ao século IX apenas para mencionar uma batalha naval nos mares circunvizinhos onde os drakars normandos são afugentados por uma esquadra vinda de Sevilha. Dois séculos mais tarde porém...*Silves está rodeada por uma muralha sólida e possui nos seus arredores plantações e hortas. A água potável é fornecida aos habitantes pelo rio: este banha Silves pelo lado sul e move os moinhos da cidade situados nas suas margens. O mar encontra-se a três milhas de Silves, a Ocidente. Possui ancoradouro sobre o rio e um estaleiro de construções navais. As montanhas próximas produzem muita madeira que se exporta para todas as partes.* (Borges Coelho, *op cit.*, vol. I, 62).

Esta citação de Alhimiari, que por sua vez tem como principal informante o conhecido geógrafo do século XI, Al Idrisi, resume os mais significativos atributos que trouxeram a Silves a sua prosperidade: uma formidável máquina defensiva e um inventivo sistema de captação de água, as suas terras férteis de hortas e pomares e finalmente um porto com os seus estaleiros de construção naval.

As sólidas muralhas que tanto impressionaram os seus contemporâneos, ainda hoje são as mais completas e monumentais de todo o Garbe. Esbeltas torres albarrãs em sólida taipa militar reforçam uma cintura com mais de um quilómetro de perímetro que cerca completamente uma área de sete hectares repartida entre a Medina e a Alcáçova.

Em períodos de apogeu, quando os habitantes da cidade poderiam ir além dos cinco milhares, é de admitir a existência de um populoso arrabalde adossado a uma torre couraça que tocava o rio nas imediações do desaparecido Moinho da Porta. Esta torre que tinha como função principal defender o acesso ao rio, fazia parte de um complexo sistema de serventia e controlo da água, certamente um dos mais vastos e engenhosos das fortalezas existentes em território português. No interior da Alcáçova um enorme depósito de água conhecido por Cisterna da Moura e em utilização até aos nossos dias, terá sido construído por altura das primeiras taifas, ou seja, meados do século XI. As suas cinco naves cobertas por abóbadas em berço e separadas por quatro ordens de colunas ocupam uma área de 820 metros quadrados por 10 metros de altura. Apesar de ser voz corrente que esta cisterna poderia abastecer toda a população da cidade durante um ano, nas imediações abre-se um poço — a Cisterna dos cães — que, aos 50 metros de profundidade mantém um nível constante de água de nascente que uma nora trazia à superfície. Nas proximidades da Porta da Vila e desta vez para abastecer a população da Medina, um poço cisterna de época almoadá, hoje integrado no Museu de Silves é também um monumento raro no seu género. Seria uma obra comum a qualquer fortaleza se não fora a escadaria que, pelo exterior, envolve o

corpo cilíndrico do poço, permitindo o acesso às águas freáticas. Cada lanço de escada é coberto por uma pequena e segmentada abóbada de volta inteira.

A cidade de Silves e as suas várzeas ocupam o centro geográfico de um enorme anfiteatro natural protegido a norte pelas cumeadas da serra. O seu termo histórico, sempre recuperado nos momentos de autonomia política, parte de Aljezur, passa por Monchique, Alferce e Messines e atinge as costas meridionais em Algoz e Alcantarilha. A costa recortada de suaves enseadas e profundas entradas de mar é pontuada de uma série de pequenas fortalezas e atalaias como Alvor, Estombar e Porches. É um território ímpar, pela fertilidade das suas terras, pelas águas correntes, pelas boas florestas e principalmente pela bonomia de um clima que associa a brisa húmida atlântica com a luminosidade mediterrânica. A celebridade das suas hortas e pomares de amêndoas figos e uvas, os seus mares hospitaleiros de muito atum e âmbar, as pastagens sempre verdes das encostas da Fóia e da Picota onde no verão convergiam muitos rebanhos serranos e campaniços, fizeram do Barlavento algarvio, aos olhos dos mediterrânicos, uma espécie de jardim das delícias antes dos mares tenebrosos do fim do mundo.

A endémica falta de madeira que se fazia sentir em todo o Mediterrâneo levou o sempre perspicaz siciliano Al Idrisi a notar que as serras de Silves produziam boa madeira que, além de ser utilizada localmente na construção naval, era também exportada para outras paragens. E de facto na Serra de Monchique ainda hoje se notam pequenas manchas florestais de castanheiros e alguns troncos carcomidos de carvalhos seculares, que apenas são os destroços de uma floresta que alimentou durante séculos os estaleiros de Silves e mais tarde as primeiras aventuras da expansão quinhentista.

Por todas as razões, esta ponta extrema do Garbe foi sempre bem povoada tanto na faixa litoral onde a sua concentração urbana dependia das épocas de maior ou menor estabilidade das rotas marítimas, como nos vales abrigados e generosos do interior. Ao contrário do Sotavento onde as serranias xistosas e mais pobres se fecharam sobre si próprias, escondendo uma população arcaica e pouco atreita a contactos com o exterior, nestes territórios do sol poente parece ser mais profunda, antiga e permanente a ligação destas comunidades a outros portos e gentes. São disso exemplo os povoados fortificados de Aljezur e Alferce. Se o primeiro sempre teve uma ligação ao mar, não foi certamente este o facto que justificou a sua implantação naquele local. A boca da barra, aberta às vagas do oceano, mesmo imaginando-a sem o assoreamento actual, seria já em finais do mundo antigo praticamente intransponível. Aljezur seria nesses tempos uma quase ilha — como o seu nome árabe indica — rodeada por uma lagoa marítima, certamente rica em peixe e marisco. Terras fertilíssimas, de águas correntes, justificaram a existência deste povoado de camponeses e pescadores que possuíam um recinto fortificado no cume do cerro que, além de servir naturalmente de refúgio em caso de ataque, teria também a provável função

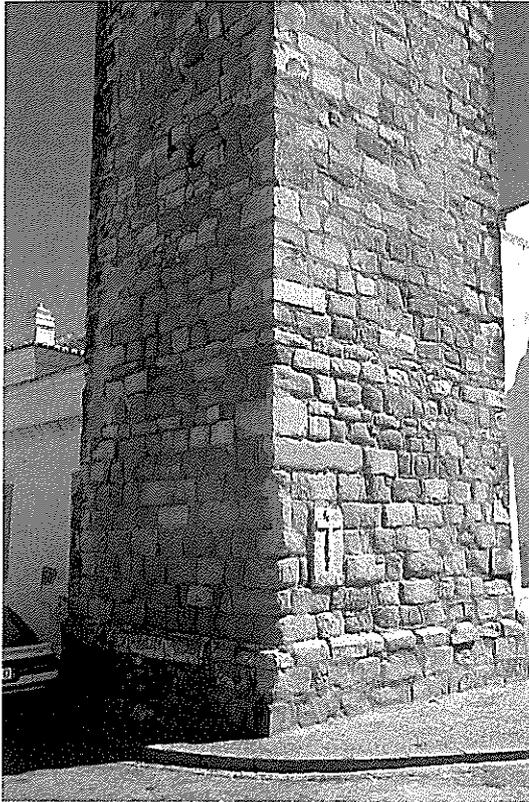


de celeiro e armazem colectivo. O recinto intramuros não chega a ter um hectare e o seu espaço interior, além de uma boa cisterna, organiza-se ao longo da muralha em minúsculos compartimentos contíguos que excluem a sua utilização habitacional.

Alferce é uma fortaleza tipologicamente diferente, embora de funções aparentemente semelhantes. Implantada num dos pontos altos da serra de Monchique, este povoado fortificado, de difícil leitura devido a um matagal impenetrável que o envolve, não chega também a ter mil metros quadrados de área interior. Nota-se o embasamento de algumas torres quadrangulares de boa alvenaria e a entrada para uma possível cisterna. Nas proximidades das muralhas e nas encostas do cerro, descem em socalco campos abandonados e antigos pastos, recentemente destruídos por uma apressada florestação. Terá sido um aldeamento de camponeses e pastores que controlava as pastagens da serra para onde se deslocavam no verão alguns rebanhos transumantes. Dada a proximidade de Silves, não é de excluir que uma das suas actividades económicas estivesse relacionada com o abastecimento em carne e lã da grande cidade e do seu porto.

Não é por coincidência que o desenvolvimento de Silves como cidade portuária e capital regional acontece durante o século XI quando se generalizam e multiplicam as ligações marítimas no interior da bacia ocidental do Mediterrâneo, quando emergem os grandes portos de Génova ao Norte, de Tunis-

7. Castelo de Aljezur, Aljezur.



8.

-Amalfi ao Sul e de Málaga-Sevilha a Ocidente. E uma das causas, se não a decisiva, desta súbita prosperidade da capital do Barlavento deve estar relacionada com a vida no mar e com a construção naval.

Devido a um desbaste indiscriminado das florestas litorais exploradas pelo mundo antigo, a intensa procura que então se faz sentir, obriga a prospectar novas zonas de abastecimento até então fora dos circuitos habituais. Os estuários do Sado e do Tejo começam a ser demandados pelas suas extensas matas de pinheiro manso necessário ao casco das embarcações. O território de Silves, por mais fortes razões, é cobiçado pelo facto de possuir as únicas matas de carvalho e castanho que em todo o Ocidente se aproximavam da costa e cuja madeira era insubstituível para reforçar o cavname e mastreação dos veleiros de mercadores e galeras de combate que, cada vez mais, se afoitam a enfrentar a nortada atlântica para lá de S. Vicente.

8. Torre sineira de Igreja do Convento da Graça de Loulé. É possível que neste local tenha existido uma mesquita,

Depois da conquista de Cacela e de Tavira, tomadas na mesma campanha em que caiu Mértola e Ayamonte, as hostes de Paio Peres Correia fazem uma longa e insólita paragem de 10 anos antes de se abalançarem à conquista do Barlavento. É um compasso de espera que devemos relacionar com imprevistas dificuldades militares e que, tudo leva a crê-lo, só foram superadas através de laboriosas negociações e compromissos. Toda a parte do Ocidente algarvio, mais rica e poderosa, não só estava bem defendida nas cidades e no mar, como... “a terra era mais povoada contra o cabo” — como vem referido nos Tombos Velhos de Tavira (Borges Coelho, obra citada, vol. III, 322.) É certamente um povoamento muito antigo e bem estruturado que se estende por todo o território, desde pescadores, comerciantes e artesãos fixados nas cidades do litoral, camponeses-hortelãos que amanhavam os pomares e jardins peri-urbanos, até fortes comunidades fixadas nos vales e vertentes do interior, nas pastagens que já tinham alimentado o gado dos seus antepassados. Embora nem todos os habitantes fossem muçulmanos, visto haver na zona uma antiga tradição moçárabe ligada aos centros de peregrinação da Senhora da Rocha e do mosteiro de S. Vicente, não há dúvida que, aquando da rendição, em meados do século XIII, todos falavam o árabe que nesses tempos era a língua franca de todos os negócios. Em análise recente do dialecto falado no Barlavento, foi notada uma vocalização gutural do “a”, que poderá ser atribuída a uma influência da língua árabe. Este fenómeno dialectal único no país, ao ter sido também assinalado no interior da serra, não é por conseguinte atribuível a contactos mais recentes com pescadores magrebinos (Amália Andrade, artigo em preparação para publicar na *Arqueologia Medieval* 5). Este facto linguístico é mais um argumento a favor das suspeitas de que os acordos de rendição do século XIII autorizaram uma permanência massiva dos vencidos.

Se depois da “Reconquista”, em todo o Barlavento, os povoados comunitários da serra continuam a fornecer os açougues do litoral, os camponeses e fruticultores a produzir os figos e passas da exportação, os artesãos e pescadores a abastecer os mercados urbanos, porque não admitir que os barrotes de castanho não pararam de chegar aos estaleiros e que as fustas e naus prosseguiram as suas fainas de pesca e de comércio?

Se assim foi, somos levados a supor que nos portos de Silves, Lagos e Sagres deve ter permanecido a melhor e mais avançada elite do seu tempo de carpinteiros, calafates e navegadores. Desde o século XI que, de geração em geração, foram aprendendo a dominar os ventos adversos e as quebras traiçoeiras do Mar Tenebroso. Além dos contactos nunca interrompidos com Málaga e Tânger, Tunis ou Génova, já em inícios do século XIV veleiros rápidos começam a levar para as águas frias dos mares do Norte, o sal, o vinho e os frutos secos do Algarve. Nos portos cosmopolitas do Barlavento, onde a espera de ventos de feição para dobrar o Cabo de S. Vicente reunia as mais desvairadas

gentes, estava a ser feita por essa altura a síntese tecnológica das tradições navais mediterrânicas e biscainhas que em breve ia permitir novas e mais arrojadas aventuras.

Esta foi afinal a escola de Sagres que viria a receber o Infante.

Bibliografia

Araújo, Luís, 1930 — *Os muçulmanos no Ocidente Peninsular* in “História de Portugal” (direcção de Saraiva, José Hermano), vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 245-289.

Barceló, Carmen e Labarta, Ana, 1987 — *Inscripciones árabes portuguesas: situación actual* in “Al-Qantara”, vol. VIII, Madrid, 395-420.

Botto, Joaquim Maria Pereira, 1899 — *Glossário crítico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*, Faro, Typographia E. Serafim.

Catarino, Helena (e outros), 1980 — *O sítio romano-árabe de Vale do Boto — notícia da sua identificação* in “Clio”, vol. II, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 71-79.

Catarino, Helena (Arruda, Ana Margarida e Gonçalves, Vítor), 1981 — *Vale do Boto: escavações de 1981 no complexo árabe/medieval* in “Clio”, vol. III, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 9-27.

Catarino, Helena, 1988 — *Para o estudo da ocupação muçulmana no Algarve Oriental*, Coimbra (trabalho de síntese apresentado à Faculdade de Letras de Coimbra como prova de aptidão científica e pedagógica).

Catarino, Helena, 1992 — *Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve Oriental e o Castelo Velho de Alcoutim* in “III Congresso de Arqueologia Medieval Española”, vol. II, Oviedo, Universidad de Oviedo, 296-305.

Catarino, Helena, 1992a — *A fortificação muçulmana de Salir (Loulé) - primeiros resultados arqueológicos* in “Al-Ulya”, n.º 1, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 9-51.

Coelho, António Borges (org. de), 1972 — *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, Lisboa, Seara Nova

Coelho, António Borges (org. de), 1973 — *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, Lisboa, Seara Nova

Coelho, António Borges, 1973a — *Comunas ou concelhos*, Lisboa, Prelo Editora.

Correia, Fernando Branco (e Veiga, Cristina), 1984 — *Paderne e Salir — duas fortificações do período muçulmano* in “Livro do Congresso - Segundo Congresso sobre monumentos militares portugueses”, s.1., 105-112.

Correia, Fernando Branco, 1986 — *Fortificações muçulmanas do Algarve — estado da questão e perspectivas* in “4º Congresso sobre o Algarve - textos das comunicações”, vol. I, Rocal Clube, 97-102.

Domingues, José Domingos Garcia, 1960 — *O Garb extremo do Andaluz e “Bortuqual” nos historiadores e geógrafos árabes*, sep. do “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, 327-362.

Ferreira, Octávio da Veiga (e outros), 1953 — *De lo prerromano a lo árabe en el Museo Regional de Lagos* in “Archivo Español de Arqueología”, 26 (1), Madrid, 113-138.

- Gomes, Rosa Varela, 1988 — *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves.
- Guerreiro, Manuel Viegas, 1983 — *Dois descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, Liv. Sá da Costa Editora.
- Lopes, David, 1895 — *Alguma moedas árabes da Península encontradas no Algarve* in “O Arqueólogo Português”, vol. I, Lisboa, 97-103.
- Lopes, David, 1895a — *Cousas arábico-portuguesas* in “O Arqueólogo Português”, vol. I, Lisboa, 273-279.
- Lopes, David, 1896 — *Cousas arábico-portuguesas* in “O Arqueólogo Português”, vol. II, Lisboa, 204-210.
- Lopes, David, 1911 — *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, sep. do “Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa”, vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Machado, José Pedro, 1979 — *Crónica da conquista do Algarve*, sep. dos “Anais do Município de Faro”, vol. III, Faro.
- Matos, José Luis de, 1971 — *Cerro da Vila. Escavações em 1971* in “O Arqueólogo Português”, 3ª série, vol. V, Lisboa, 201-214.
- Matos, José Luis de (e Martins, Isilda), 1971a — *Muralhas de Loulé* in “O Arqueólogo Português”, 3ª série, vol. V, Lisboa, 227-247.
- Matos, José Luis de, 1972 — *Cerro da Vila. Campanha de trabalhos de 1972* in “O Arqueólogo Português”, 3ª série, vol. VI, Lisboa, 251-262.
- Matos, José Luis de, 1983 — *Malgas árabes do Cerro da Vila* in “O Arqueólogo Português”, 4ª série, vol. I, Lisboa, 375-390.
- Nykl, A.R., 1940 — *Algunas inscripciones árabes de Portugal* in “Al-Andalus”, V, 399-411.
- Nykl, A.R., 1946 — *Arabic inscriptions in Portugal* in “Ars Islamica”, XI, 167-183.
- Pavon Maldonado, Basilio, 1993 — *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas*, Madrid, Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe.
- Rocha, A. dos Santos, 1895 — *Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve* in “O Arqueólogo Português”, vol. I, Lisboa, 193-213.
- Rocha, A. dos Santos, 1896 — *Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve* in “O Arqueólogo Português”, vol. II, Lisboa, 65-79.
- Torres, Cláudio, 1993 — *O Garb al-Andalus* in “História de Portugal” (dir. de Mattoso, José), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 363-415.
- Velho, Martim, 1970 — *A inscrição árabe de Salir* in “Anais do Município de Faro”, vol. II, Faro, 63-65.

* Presidente do Parque Natural do Guadiana

Colecção SÍTIOS

1. NOVENTA SÉCULOS ENTRE A SERRA E O MAR
Maria Filomena Barata (coordenação)

a Publicar:

2. TONGOBRIGA
Lino Tavares Rodrigues

~~SOURCE DIRECT CIRCUIT~~

© 1997, Instituto Português do Património Arquitectónico

ISBN: 972-8087-31-4

Depósito Legal: 106488/97

Fotolitos, impressão e acabamento:

SOCTIP